

CORREIO BRASILEIRO

Samney muda decretos

O presidente Sarney chamou o ministro João Alves Filho, na noite de segunda-feira, e comunicou-lhe que estava satisfeito com seu desempenho na pasta do Interior. Confirmando-o, também lhe avisou que a Medida Provisória nº 29, assinada no domingo, continha um erro no seu artigo sexto, inciso IV, que mandava transferir para a Previdência Social os órgãos remanescentes do extinto Ministério da Habitação e Bem-Estar Social. Na verdade, Sarney transferiu-os ao Ministério do Interior, como está retificado no **Diário Oficial** de ontem. Dessa forma, a Seac e a LBA passaram à estrutura do Minter.

Outra retificação feita pelo Presidente foi a edição de uma medida provisória substituindo o decreto anterior que dispensa servidores civis da administração direta. O decreto, assinado no domingo e publicado na segunda-feira no **Diário Oficial**, com o número 97.457, dispunha sobre a exoneração e a dispensa, a partir de 1º de março de 1989, de servidores admitidos sem concurso público, que não tenham adquirido estabilidade nos termos da Constituição. Mas já ontem o **Diário Oficial** trazia uma Medida Provisória, de número 33, vazada nos mesmos termos do decreto, e revogando-o.

Sarney não volta atrás, simplesmente. Como é um Presidente bem informado e realista, no caso das demissões dos funcionários públicos jogou o peso da decisão sobre o Congresso, que terá de apreciar, votar e aprovar ou não a medida provisória

em trinta dias, sob pena de ter sua vigência cancelada.

18 JAN 1989

O Presidente da República há de ter sentido, já, a dificuldade de pôr em prática a medida das demissões. Tirante os casos mais prosaicos — como o fato de que seu ministro Ronaldo Costa Couto perderia o emprego, pois tem menos de cinco anos como contratado do Ipea —, haveria problemas graves se o Governo forçasse o cumprimento do decreto. Os funcionários do IBGE que realizam o presente censo demográfico, por exemplo, estariam na rua, e o País perderia contato com seus próprios indicadores sociais e econômicos. Cientistas contratados pela Fiocruz, no Rio, sustariam suas pesquisas para debelar enfermidades tropicais. E as equipes econômicas dos ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu se veriam desfalcadas de economistas atraídos para o Governo de dois anos para cá.

Complexa a horizontalização dessa medida, haveria ainda o risco político: basta que dez mil funcionários sejam demitidos para que todo o serviço público paralise imediatamente por uma greve geral, ou “operações-tartaruga”. O Presidente da República, sensível a esses aspectos, e não desejando o pior, retrocede e modifica o pacote de verão em pontos cruciais: garante a unidade dos órgãos sociais do Governo, cuidando para que não se desbaratassem, e joga o problema das demissões para o Congresso.